

**A INFLUÊNCIA PERCEBIDA DA ECOCERTIFICAÇÃO BANDEIRA AZUL COMO
PROPULSORA DO TURISMO NA COSTA BRASILEIRA**

MARCELLO ROMANI-DIAS

UNIVERSIDADE POSITIVO (UP)

ADONIAS PAULO DA SILVA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE

LUÍZA CHIARELLI DE ALMEIDA BARBOSA

UNIVERSIDADE POSITIVO (UP)

ALINE DOS SANTOS BARBOSA

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ (UNESA)

A INFLUÊNCIA PERCEBIDA DA ECOCERTIFICAÇÃO BANDEIRA AZUL COMO PROPULSORA DO TURISMO NA COSTA BRASILEIRA

1. INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade próspera e multidisciplinar, que envolve o deslocamento de pessoas para lugares diferentes de suas residências, responsável pelo planejamento econômico e no desenvolvimento de regiões turísticas, como as áreas costeiras (Meethan, 2001; Beni, 2007; Barreto, 2014; Ruschmann, 2015; Pereira, 2019). O Programa Bandeira Azul (PBA) é uma iniciativa que se expandiu por vários países, certificando praias e marinas, e no Brasil experimenta-se um crescimento significativo de 75% em 2021 no Programa (FEE, 2022).

O presente estudo aborda a influência do Programa Bandeira Azul (PBA) no Turismo sol e mar no Brasil (Espínola et al., 2020), especialmente, considerando algumas necessidades apontadas em outras pesquisas sobre o tema em que se pede uma análise da BA em outras partes do mundo, como o caso brasileiro, identificando boas práticas como referência de desenvolvimento. Isso pode revelar que uma gestão mais sustentável em áreas costeiras pode estar equilibrada com a indústria do turismo local (Merino e Prats, 2020). Ainda, pesquisas relevantes abordam que as percepções dos stakeholders podem favorecer um entendimento mais profundo das práticas de governança e gestão (Reed et al, 2009; Klein e Dodds, 2017).

Ou seja, a sensibilização e participação das comunidades locais sobre os problemas ambientais são fundamentais para promover o turismo sustentável e responsável. Este artigo busca contribuir para o debate atual ao fornecer perspectivas sobre o papel e o alcance das certificações Bandeira Azul em território brasileiro, entendendo que a divulgação desses padrões pode influenciar novos públicos a escolherem destinos turísticos reconhecidos (Botero et al, 2015; Zielinski e Botero, 2019).

Além disso, é importante destacar que a efetividade do PBA também está relacionada à dependência do poder público e à maturidade do setor turístico nacional (Santos e Wanderley, 2014; Anfuso et al, 2017). Esses fatores podem interferir na adoção de práticas sustentáveis exigidos pelo PBA por parte das empresas, e na disponibilidade de recursos financeiros e humanos para monitorar e fiscalizar o cumprimento dos critérios (Parretti et al, 2020; Costa e Lemos, 2020). Tais aspectos devem ser considerados na avaliação da efetividade do PBA, e na implementação de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo costeiro sustentável no Brasil (Ledoux e Turner, 2002; Lukoseviciute e Panagopoulos, 2021).

Dessa forma, a metodologia baseou-se no pensamento sistêmico, na coleta de percepções dos stakeholders por meio de entrevistas, e na análise dos resultados para propor melhorias nas práticas de gestão de recursos socioambientais (Klein e Dodds, 2017, Nathaniel et al., 2023). Os resultados mostram que o programa teve um papel importante na visibilidade dos destinos turísticos e na qualidade das praias, com investimentos em infraestrutura, melhoria na limpeza, conservação e ações educativas para os turistas nas praias brasileiras (Dodds e Holmes, 2018; Botero et al., 2015; Dodds e Holmes, 2020).

O objetivo dessa pesquisa é analisar as principais influências exercidas pelo Programa Bandeira Azul (PBA) no Turismo sol e mar de praias brasileiras. Para contribuir para o alcance desse objetivo quatro perguntas que nortearam as diferentes etapas de nossa investigação:

1. Quais são os principais ganhos que o PBA pode oferecer ao turismo local?
2. Quais são as principais limitações na contribuição do PBA para o turismo e para a gestão sustentável das praias?

3. Como se dá a relação de influência entre o poder público local e a obtenção/manutenção do certificado do PBA?
4. De que forma a gestão das praias pode ser otimizada de modo a melhor contribuir com o turismo sustentável?

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O Programa Bandeira Azul (PBA)

O Programa Bandeira Azul (PBA) é uma iniciativa internacional da Foundation for Environmental Education (FEE), que certifica praias e marinas que cumprem critérios ambientais, de segurança e infraestrutura. Esse reconhecimento pode ser considerado um selo de qualidade ambiental para as áreas costeiras, pois exige o cumprimento de critérios como qualidade da água, da gestão ambiental, de segurança e de educação ambiental. Nesse sentido, a certificação incentiva a adoção de boas práticas ambientais e de gestão por parte das autoridades locais, dos prestadores de serviços turísticos e da comunidade local (Coccosis e Mexa, 2004; Bernardi, 2018; Fyall e Garrod, 2020).

O PBA tem um papel importante na promoção do turismo sustentável, atraindo visitantes que buscam opções responsáveis e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais. Ou seja, relaciona a relevância do turismo para o desenvolvimento regional, a propriedade e a gestão de recursos naturais, aos desafios e oportunidades do turismo, e a governança do setor para a promoção do desenvolvimento sustentável. Isso em conjunto pode aprimorar as práticas de gestão socioambiental do Programa Bandeira Azul no Brasil e em outros países (Hall, et al., 2014, Koens et al., 2014; Saarinen, 2014).

O Brasil começou a implementar o PBA em 2004 em praias marítimas, fluviais e lacustres, marinas e embarcações de turismo sustentável, sendo necessário a participação e colaboração dos municípios e instituições representantes de vários segmentos locais (Bandeira Azul, 2022; Bernardi, 2018). A iniciativa tem crescido para outras regiões do país, em 2021 o programa contou com a participação de 16 estados brasileiros e 31 municípios, totalizando 69 praias e 5 marinas certificadas (Gomes e Gomes, 2019; Rocha, 2022; Fundação SOS Mata Atlântica, 2021). Esses números indicam que o Programa Bandeira Azul tem se consolidado como uma ferramenta relevante para a promoção do turismo sustentável no país.

Consoante à estrutura gerencial da FEE, o PBA tem fundamentada a estratégia da organização em “GAIA 20:30 é o nosso compromisso de abordar os três problemas ambientais candentes que o nosso planeta enfrenta hoje – mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição ambiental” (Blue Flag, 2022; Brundtland, 1987; Sachs, 2015; Leal Filho et al., 2018). Esses critérios incluem requisitos como amostragem e frequência da qualidade físico-química da água, atividades de educação ambiental, gestão do lixo, controle rigoroso do acesso à praia por animais domésticos e incentivo aos meios de transporte sustentáveis, que podem ser aplicáveis dentro e fora do território brasileiro para garantir a qualidade das praias e a sustentabilidade ambiental.

Para atender a esses requisitos, é necessário criar um comitê gestor de praia, monitorar áreas sensíveis, manter limpeza adequada e gestão do lixo, instalações sanitárias em número suficiente e boas condições de higiene, proibir camping, circulação de veículos ou depósito de entulhos, monitorar habitats vulneráveis e incentivar o uso de meios de transporte sustentáveis (Brasil, 2019; Bernardi, 2018; Dodds, 2013; European Environment Agency, 2019).

2.2 Relações do PBA com o turismo

O Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (PRODETUR) é uma iniciativa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que tem como objetivo promover o turismo em países da América Latina e Caribe. Alguns estudos têm analisado a eficácia do PRODETUR na promoção do turismo de sol e mar no Brasil (BID, 2021). De acordo com o Ministério do Turismo (2019), em 2018 o país recebeu cerca de 6,6 milhões de turistas estrangeiros e 73,2 milhões de turistas brasileiros, sendo que a maior parte viajou para destinos de turismo de sol e mar, como no Nordeste brasileiro (Santos e Wanderley, 2019).

Apesar da redução dos números do turismo nos períodos de 2021/22, ainda pode-se considerar significativa a relação entre o Programa Bandeira Azul e o turismo de sol e mar do Brasil. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) refletem este crescimento por áreas de influência.

O Programa Bandeira Azul (PBA) é enquadrado na categoria de Turismo de Proximidade (Approach Tourism) e contém características que corroboram para o turismo de aventura e cultural. O PBA tem sido destacado na literatura como um motor da indústria turística no Brasil, pois fornece um incentivo para que as comunidades locais melhorem as condições ambientais e turísticas, promovendo a conscientização ambiental, a sustentabilidade em áreas costeiras e a qualidade do turismo (Barreto, 2007).

No entanto, o programa enfrenta alguns desafios, como a falta de recursos financeiros e a necessidade de maior engajamento das comunidades locais. Além disso, a pandemia de COVID-19 teve um impacto significativo na indústria do turismo, afetando negativamente o setor em todo o mundo. Apesar desses desafios, o turismo continua sendo uma importante fonte de renda e emprego para muitas regiões do Brasil. A promoção do turismo sustentável e responsável é fundamental para garantir que essa indústria possa continuar a crescer e prosperar no futuro.

3. METODOLOGIA

Este estudo teve como objetivo investigar a influência do Programa Bandeira Azul no crescimento do Turismo de sol e mar no Brasil. Para tanto, foi adotada uma abordagem qualitativa baseada na análise de conteúdo e na estratégia de triangulação de dados, que engloba entrevistas e análise de documentos e materiais fotográficos (Bardin, 2010, Creswell, 2007). No processo de coleta de dados empíricos foi utilizado um questionário pessoal com 25 questões que buscavam respostas de acordo com o conhecimento dos entrevistados sobre as cinco dimensões de sustentabilidade: social, econômica, ambiental, institucional e cultural (Van Bellen, 2008). As entrevistas foram conduzidas com gestores e partes interessadas do programa em praias certificadas ou em processo de premiação, conforme Quadro 1:

Quadro 1 – Perfil de Stakeholders Entrevistados

Programa Bandeira Azul - Costa Brasileira				Stakeholders Entrevistados						
N	Praia	Cidade	Ano da BA	Gestor de Praia	Gestor de Órgão Público	Gestor de Associação Local	Gestor de Negócio Local	Gestor de Pesquisa	Morador ou Turista	Empreendedor Local
1	Tombo	Guarujá	2011	✓		✓	✓	✓	✓	✓
2	Quatro Ilhas	Bombinhas	2019	✓			✓		✓	
3	Mariscal	Bombinhas	2019	✓			✓			
4	Conceição	Bombinhas	2019	✓						
5	Piçarras	Balneário de Piçarras	2019	✓	✓	✓	✓		✓	
6	Praia Grande	Penha	2020	✓		✓	✓			
7	Estaleiro	Balneário Camboriú	2019	✓			✓		✓	
8	Estaleirinho	Balneário Camboriú	2019	✓						✓
9	Taquaras	Balneário Camboriú	2019	✓			✓			
10	Praia Grande	Ramos	2017	✓	✓	✓	✓		✓	
11	Sossego	Niterói	2022	✓					✓	
12	Peró	Cabo Frio	2018	✓	✓	✓	✓			✓
13	Sereia	Vila Velha	2022	✓	✓		✓		✓	✓
14	Itaúna	Saquarema	2023	✓			✓			
15	Forno Lagoa do Peri	Búzios	2023	✓			✓			
16	Peri	Floianópolis	2015	✓						

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

A aplicação dos roteiros seguiu procedimentos pré-agendados com entrevistas aprofundadas com duração média de 45 minutos. Foram entrevistadas sete categorias de stakeholders: a) gestores de praia (n=12); b) gestor de órgão público (n=4); c) gestor de associação local (n=5); d) gestor de negócio local (n=20); e) gestor de pesquisa (n=1); f) morador ou turista (n=8); g) empreendedor local (n=3). Um total de 16 praias foram selecionadas, resultando em 53 entrevistas. Os documentos foram as gravações de todas as entrevistas; acervos fotográficos de todas as praias mencionadas, material de pesquisa da praia da sereia disponibilizado no sítio eletrônico da Secretaria de Turismo de Vila Velha; panfleto da Secretaria de Turismo de Guarujá; e arquivos eletrônicos da Praia de Bombinhas cedidos pelo gestor de praia. Após o tratamento dos dados, incluindo a audição e transcrição dos diálogos, foram selecionadas evidências que contribuem para a construção dos resultados, buscando obter possíveis respostas para a pergunta de pesquisa.

3.1 Área de estudos

As praias foram selecionadas com base em critérios como a maturidade do destino e a disponibilidade dos entrevistados, levando em consideração as agendas dos envolvidos. No estado do Rio de Janeiro foram escolhidas as Praia do Peró e Praia do Sossego, ambas em Niterói; Praia de Itaúna, em Saquarema; e Praia do Forno, na Enseada dos Búzios. No Espírito Santo, foi selecionada a Praia da Sereia, em Vila Velha. No estado de São Paulo, a Praia do Tombo, em Guarujá. E em Santa Catarina, foram escolhidas a Praia Grande, em Governador Celso Ramos; as praias de Quatro Ilhas, Mariscal e Praia da Conceição, em Bombinhas; as praias de Praia Grande, Praia da Bacia da Vovó e Praia da Saudade, em Armação de Penha; a Praia de Piçarras, em Balneário de Piçarras; e as praias de Taquara, Estaleiro e Estaleirinho, em Balneário Camboriú, conforme Figura 1:

Figura 1 – Localização dos pontos de estudo certificados



Fonte: Google Earth, 2023, com alteração dos autores.

Dessa forma, a pesquisa foi realizada de maneira sistemática, buscando fontes relevantes, assegurando a representatividade dos dados nas localidades onde o Programa Bandeira Azul está implantado no território brasileiro. Os resultados serão apresentados por meio de tabelas e gráficos, ilustrando a frequência de cada categoria ou tema identificado na análise de conteúdo. Além disso, descreveu-se cada categoria acompanhada de exemplos de unidades de análise correspondentes. As citações dos participantes foram utilizadas como exemplos para ilustrar cada análise temática, incluindo: a influência do PBA; o ponto ótimo do turismo; o perfil e as categorias de turismo; e a maturidade da praia. Portanto, os resultados foram interpretados com base na literatura que aborda o Programa Bandeira Azul, nas áreas de interesse da pesquisa, e nas percepções dos stakeholders, buscando-se compreender melhor como as práticas de governança e gestão atuais estão lidando com o Turismo sol e mar.

3.2 Coleta dos dados

O trabalho de campo foi realizado nos locais escolhidos, conforme Figura 1, ressaltando que a maioria das praias do Brasil têm uma característica comum: são praias urbanas. A obtenção e a manutenção do selo Bandeira Azul em praias urbanas podem enfrentar uma série de dificuldades de infraestrutura e serviços, tais como: instalações sanitárias, chuveiros, coleta seletiva de lixo, acesso para pessoas com deficiência e nadadores-salvadores e/ou salva-vidas (Pádua, 2016). No quesito que trata do “envolvimento da comunidade”, pode-se estimular a conscientização ambiental, a participação da comunidade e o compromisso de longo; e, por último, as “mudanças climáticas” proporcionam uma elevação do nível do mar, a erosão costeira e a frequência de eventos climáticos extremos, podendo alterar a qualidade da água, a estabilidade das praias e a segurança dos visitantes (Mowforth e Munt, 2015).

No Estado do Espírito Santo, a Praia da Sereia conquistou o selo em 2021, mas foi suspenso em 2023, por conta das fortes chuvas, decorrentes das mudanças climáticas. No Estado de São Paulo, a Praia do Tombo foi certificada entre 2012 e 2013, e de acordo com os coordenadores do PBA, tem se tornado uma praia bastante frequentada em função dos campeonatos de surfe. Segundo a Prefeitura Municipal do Guarujá (2012), essa praia é uma das mais importantes opções para o treinamento dos atletas amadores e profissionais dedicados a este esporte (Bernardi, 2013). Em Santa Catarina, estado com maior número de praias certificadas, os locais estudados e certificados foram: Praia Grande, Praia de Quatro Ilhas, Praia de Mariscal, Praia da Conceição, Praias de Praia Grande, Praia da Bacia da Vovó, Praia de Piçarras, Praia de Taquara, Estaleiro, Estaleirinho; e a Praia da Saudade que perdeu o selo na temporada 2022/2023 por danificar as estruturas e qualidade da água das praias.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo considerou praias localizadas na costa brasileira, nas regiões Sudeste (estados de São Paulo e Rio de Janeiro) e Sul (estado de Santa Catarina) (Figura 1). Todas as praias estudadas são urbanas e marítimas, a temporada de verão segue um calendário geral de dezembro a março. As praias têm tamanhos e características variadas, por exemplo a Praia do Sossego tem 150 metros de extensão e está localizada dentro de uma Área de Proteção Ambiental Marinha (APAM); já a Praia de Balneário Piçarras possui 3,2 quilômetros de extensão, e está em uma região urbanizada. Foram 16 praias no total, sendo 14 certificadas; uma em fase piloto, a Praia da Sereia; e a Praia da Saudade, que perdeu o selo na temporada 2022/2023 (Blue Flag, 2022). Os dados obtidos foram organizados em duas categorias fundamentais para o desenvolvimento de praias sustentáveis: Benefícios do PBA para o turismo e Desafios associados ao PBA.

4.1 Benefícios do PBA para o turismo

A certificação do Programa Bandeira Azul no turismo de sol e mar brasileiro demonstrou popularidade e visibilidade, influenciando os investimentos em infraestrutura e a melhoria da qualidade das praias. Isso contribuiu para o desenvolvimento local e a atração de turistas, conforme Figura 2: a) sinalização da certificação Bandeira Azul na praia do Tombo; b) infraestrutura de calçada, deck de acesso e posto salva-vidas na Praia da Taquara; c) estrutura em container com acessibilidade do programa Praia Legal de apoio à governança na praia da Sereia; d) quadro informativo sobre educação ambiental na praia das 4 ilhas; e) estrutura para coleta e separação de resíduos na praia do Sossego; f) quadro informativo sobre os impactos socioambiental na praia do Perú; g) comunicação e infraestrutura de deck de madeira e posto salva-vidas na praia de Taquara; e h) momento do recebimento da certificação Bandeira Azul na praia de Itaúna.

Figura 2 – Influências do Programa Bandeira Azul



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

As respostas das entrevistas revelaram que os usuários consideram o certificado um indicador confiável da qualidade ambiental, e um incentivo para a adoção de práticas sustentáveis pelas entidades responsáveis e o envolvimento da comunidade na gestão das praias. Destaca-se também uma ênfase do PBA para a educação ambiental, anteriormente confirmada por Klein e Dodds (2017) e ilustrada na Figura 2 pelas praias das 4 ilhas, do Sossego e de Taquara (g). Nesse sentido, um dos atores públicos entrevistado, o Secretário do Meio Ambiente do Governo Celso Ramos, destacou que “a importância da conquista da Bandeira Azul como um reconhecimento relevante para a gestão ambiental das praias e um incentivo para que outros destinos adotem o programa”.

Já na percepção do Presidente da Associação dos Moradores de Praia Grande e professor da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) “existem vários aspectos importantes relacionados ao PBA, especialmente no que diz respeito à infraestrutura com participação direta dos moradores”. No entanto, é responsabilidade da prefeitura atender aos critérios do programa e investir em educação ambiental para garantir a maturidade do destino. Ainda, para a coordenadora do PBA de Bombinhas, o Programa Bandeira Azul tem sido fundamental para conscientizar a comunidade sobre a importância da preservação das praias e do meio ambiente em geral, como na Praia do Peró (Figura 2).

A pesquisa também constatou que todos os destinos passaram por uma fase piloto, com visita técnica e avaliação do Operador Nacional do PBA para adesão dos municípios solicitantes. Em seguida, quando os critérios são atendidos, o certificado é obtido, seguido pela renovação, conforme registrado nas praias do Tombo e de Itaúna (Figura 2). Segundo o gerente do restaurante Canto dos Sabores na praia de Mariscal disse que “os gestores e

investidores estão cientes dos critérios do programa e reconhecem que a preservação das praias atrai investimentos”. A Gestora Nacional do Bandeira Azul confirma que “a presença do programa estimulou o crescimento imobiliário, a preocupação com a preservação ambiental e a qualidade das praias, atraindo turistas e investimentos”.

Também se destaca a dependência do poder público para o sucesso contínuo do programa, por meio do envolvimento dos governos tanto no início quanto na manutenção do programa. Os critérios estabelecidos pela Foundation for Environmental Education (FEE, 2022) referem-se à anuência do município para documentação de adesão, taxa de adesão, investimentos em infraestrutura adequada e educação ambiental. Pode-se notar tais aspectos de investimento público, na Figura 2, nas praias de Taquara (b), Sossego e Sereia, em que há infraestrutura de calçadas, container e deck e lixeiras disponíveis; assim como nas praias de 4 ilhas e do Perú os quadros informativos.

Uma das integrantes da Associação Amigos do Perú relata: "No projeto piloto, tínhamos dois anos para preparar a praia para receber a Bandeira Azul. Realizamos um movimento junto com o Paulo, que é da imprensa, e ele conseguiu mobilizar bastante. Finalmente, a prefeitura acatou e assinou o pedido para a Bandeira Azul". Ainda, o gerente do restaurante Canto dos Sabores, localizado na Praia de Mariscal, ressalta que “o programa requer investimentos em infraestrutura e pessoal, e uma fiscalização rigorosa para garantir o cumprimento dos critérios”. E para o Assessor Técnico da Secretaria de Meio Ambiente de Governador Celso Ramos “a questão é responsabilidade do poder público, que precisa assumir um comprometimento sério, assim como os gestores das praias”.

Os benefícios do PBA não se limitam a contribuir para o turismo, uma vez que a escolha de um destino turístico é influenciada por diversos fatores, como clima e atividades culturais oferecidas (Soares et al., 2007; Dodds e Holmes, 2020). Nesse espectro, por exemplo, de acordo com o Secretário do Meio Ambiente e Gestor do PBA em Armação de Penha “foi criado um comitê que conta com representantes de ambos os setores, evidenciando a preocupação em envolver a comunidade na gestão das praias”. Portanto, para os usuários a eficácia do PBA para a gestão ambiental é positiva, e que seu sucesso depende do compromisso constante em conjunto dos governos e da comunidade (Lucrezi et al, 2016).

4.2 Desafios associados ao PBA

Constatou-se que alguns dos obstáculos para o crescimento e manutenção do PBA é a baixa participação da sociedade civil organizada, a maturidade dos destinos e o ponto ótimo dos municípios; estes dois últimos estão intrinsecamente ligados ao perfil dos clientes e à capacidade do destino de atender às suas expectativas. Quanto mais maduro for o destino, maior será sua capacidade de atrair investimentos privados, gerar receitas e promover o desenvolvimento autossuficiente, reduzindo a dependência do poder público, e garantindo o sucesso da certificação (Parretti et al, 2020; Santos et al, 2021; Guerreiro et al., 2021). Além disso, a conquista da certificação Bandeira Azul indica que o destino está amadurecendo em relação ao turismo sustentável e à preservação ambiental, conforme o subcoordenador de projetos e coordenador da Unidade de Conservação (UC) Terrestre de Armação de Búzios.

Farsari (2014) ressalta que a conscientização ambiental e a disponibilidade de recursos financeiros e humanos são fatores importantes que influenciam as decisões das empresas do setor turístico. No município de Penha, percebe-se esse amadurecimento pelo CEO da

Imobiliária 4 Ilhas: "A praia de 4 Ilhas está amadurecendo em relação ao turismo sustentável e à preservação ambiental. Acho que a Bandeira Azul é uma forma de incentivar essa maturidade e mostrar às pessoas que estamos preocupados com a qualidade da praia e do turismo". Ainda, no sentido de equilibrar o espaço de lazer e alcançar o ponto ótimo, o gestor do PBA da Praia do Forno está apostando no programa Bandeira Azul como meio de "resgatar o turismo de alta qualidade". Para isso, diversas ações estão sendo implementadas como a taxa de compensação ambiental, pelo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (Lei Federal nº 7.661/88), que busca incentivar a regularização ambiental das praias e a gestão ambiental integrada da zona costeira; e o Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Baixada Santista (PRGIRSBS).

Além disso, a pesquisa destaca a importância de compreender o perfil dos clientes por meio da percepção dos usuários das praias certificadas com a Bandeira Azul, como mencionado por Mehmetoglu e Engen (2011) no conceito de "economia da experiência". Essa compreensão permite oferecer experiências personalizadas e satisfazer suas necessidades específicas, com o objetivo de alcançar a maturidade de um destino, que está relacionada à sua capacidade de se inovar constantemente. O gerente do restaurante Canto dos Sabores na praia de Mariscal ressalta a importância de investir em estrutura para geração de renda e divulgação da região, além de promover atividades turísticas na baixa temporada, pois a região depende totalmente do turismo, é necessário melhorar a divulgação e, assim, atrair mais turistas.

Ainda, o Brasil possui uma das maiores áreas costeiras ocupadas por praias arenosas do mundo (Luijendijk et al., 2018), no entanto, como mencionado anteriormente, o país apresenta desafios e limitações particulares, tendo em vista que as praias são áreas urbanizadas, tornando mais alta a complexidade de gestão das praias. São questões como habitação, infraestrutura urbana, saneamento básico, crescimento populacional, desigualdades, entre tantos outros fatores que envolvem as cidades e interferem diretamente na qualidade do ambiente natural. Ao mesmo tempo, o governo federal também é responsável pelas áreas costeiras, então não apenas a administração local deve buscar atender a esses requisitos, como juntamente os governos estadual e federal (Lei Federal nº 7.661/88), em acordo com a Agenda 2030, na qual pretende-se suprir a ODS 14 (Gonçalves, 2021).

Apesar de os critérios e parâmetros internacionais do Programa Bandeira Azul padronizarem a qualidade das praias (Torres e Hanley, 2016), estes não são adequados e claros em relação às particularidades dos locais desse estudo, notando-se um foco maior voltado para a qualidade da região arenosa para o visitante do que para o local como um todo. E as melhorias propostas pelo PBA atraem outras pessoas além dos turistas, impactando diretamente na especulação imobiliária, marketing urbano, comércio, geração de empregos e renda. Esse crescimento geralmente é mais rápido do que a ação da gestão urbana e gestão das praias, e por isso acontece de forma desordenada. Quanto mais pessoas e serviços tiverem nesses locais, mais complexos deverão ser os sistemas e a administração dos recursos para equilibrar tantos interesses como lazer, urbanização e sustentabilidade (Checon et al., 2022; Gonçalves, 2021).

Ou seja, de modo geral, as regras do programa são isolados do contexto das cidades, o que acaba direcionando os benefícios na praia em si, mas sem avaliar as demais estruturas oferecidas. Mesmo algumas praias tendo uma maior biodiversidade e importância ecológica para a persistência local de espécies, o uso do valor monetário para serviços ecossistêmicos na tomada de decisões deve ser usado com cautela para evitar cair na "comoditização da natureza" (McCauley, 2006), o que pode gerar consequências negativas para a conservação. O

PBA, nesse aspecto, não abrange toda a complexidade que o caso brasileiro exige para atingir a sustentabilidade em um nível maior, pois, além de atrair investimentos para áreas arenosas, com foco na recreação, também gera ou agrava problemas existentes nesses locais.

Com base nos resultados apresentados nesta seção, é possível identificar algumas melhorias na gestão das praias que podem ser implementadas pelo Programa Bandeira Azul para aprimorar a promoção do turismo sustentável e a preservação ambiental brasileiros, como: a) maior incentivo à participação de instituições locais e da sociedade civil na implementação do Programa Bandeira Azul, visando uma maior colaboração na efetivação do programa; b) fortalecimento da educação ambiental, com investimentos em ações de conscientização e práticas sustentáveis por parte dos comerciantes e da população em geral; c) maior comprometimento do poder público na manutenção e melhoria das praias, com investimentos em infraestrutura e fiscalização rigorosa para garantir o cumprimento dos critérios estabelecidos; e d) incentivo à adesão de mais destinos ao programa, visando a melhoria da qualidade do turismo sustentável e a preservação ambiental das praias. Ou seja, evidencia-se que a gestão das praias eficiente é essencial para a obtenção e manutenção da certificação Bandeira azul, exigindo um esforço de todos os stakeholders (setores público, privado e civil).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Bandeira Azul tem se mostrado uma iniciativa importante para a promoção do turismo sustentável e a preservação ambiental das praias brasileiras. Os benefícios do programa vão além do aumento do turismo e da visibilidade da certificação, contribuindo para o desenvolvimento local e a conscientização da população sobre a importância da preservação das praias e do meio ambiente em geral. No entanto, para que o programa seja efetivo, é necessário um maior comprometimento do poder público na manutenção e melhoria das praias, com investimentos significativos em infraestrutura, bem como em uma fiscalização rigorosa para garantir o cumprimento dos critérios estabelecidos. Além disso, é importante incentivar a participação ativa de instituições locais e da sociedade civil na implementação do programa, pois a colaboração em conjunto de todos os atores envolvidos é essencial para o seu sucesso. Também é essencial incentivar a adesão de mais destinos ao programa Bandeira Azul, quanto maior for o número de praias certificadas, maior será o impacto positivo na qualidade do turismo sustentável e na preservação ambiental das praias brasileiras. É uma oportunidade de fortalecer a imagem do país como um destino comprometido com a sustentabilidade e atrair turistas que valorizam esse aspecto em suas escolhas de viagem. O desafio é continuar avançando, envolvendo cada vez mais destinos e atores para garantir um futuro sustentável para as praias do Brasil. Como proposição para pesquisas futuras indicamos ampliar essa investigação para outras praias e marinas brasileiras certificadas que não foram abordadas nesse estudo; acompanhar os locais em fase piloto também poderia trazer informações interessantes sobre os desafios; estabelecer possíveis comparativos de gestão das praias entre regiões nacionais, e de outros países.

REFERÊNCIAS

- Anfuso, G., Giorgio, G., Ferrer-García, C., Williams, A. T. 2017. Beach Management And Coastal Processes Impacts On The Blue Flag Programme In The Mediterranean Region: A Review. *Ocean & Coastal Management*, 146, 1-17.
- Bandeira Azul. 2022. Bandeira Azul Brasil. Disponível em <https://www.bandeiraazul.org.br/>.
- Bardin, L. 2010. Análise de conteúdo. Edições 70.
- Barreto, G. M. 2007. A importância do turismo de proximidade: uma análise aplicada ao caso baiano.
- Barreto, M. 2014. Manual de iniciação ao estudo do turismo. Campinas: Papirus. Livro eletrônico.
- Beni, M. C. 2007. Análise estrutural do turismo. São Paulo: SENAC.
- Bernardi, L. A. 2013. Planejamento urbano e turismo: Uma análise dos impactos do turismo na cidade de Balneário Camboriú-SC. Monografia (Especialização em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú. p. 83.
- Bernardi, L. A. 2018. Turismo e meio ambiente: Análise dos impactos ambientais causados pelo turismo no município de Balneário Camboriú-SC. Monografia (Graduação em Turismo) - Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú.
- BID. Banco Interamericano de Desenvolvimento. 2021. Disponível em: <https://blogs.iadb.org/brasil/pt-br/turismo-e-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-visao-global-para-um-caminho-futuro-do-setor/>.
- Blue Flag. 2022. Blue Flag International. Disponível <https://www.blueflag.global/>.
- Botero, C., Pereira C., Tomic, M., Manjarrez, G. 2015. Design of an index for monitoring the environmental quality of tourist beaches from a holistic approach. *Ocean & Coastal Management*, 108(1), 65–73. <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2014.07.017>.
- Brasil. 2019. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.
- Brundtland, G. H. 1987. Our common future: The world commission on environment and development. Oxford University Press.
- Checon, H., Xavier, L., Gonçalves, L., Carrilho, C., Gomes, A. 2022. Beach market: what we have been computing in Brazil?. *Ocean and Coastal Research*. 69. 21038-21039. [10.1590/2675-2824069.21031hhc](https://doi.org/10.1590/2675-2824069.21031hhc).
- Coccosis, H., Mexa, A. 2004. Tourism and carrying capacity. Continuum, London.
- Costa, M. F., Lemos, A. M. 2020. Turismo e patrimônio cultural: Uma análise dos impactos do turismo na preservação do patrimônio cultural de Ouro Preto-MG. *Revista*
- Creswell, J. W. 2007. Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. Artmed.
- Dodds, R. 2013. Tourism and water : Interactions, impacts and challenges. Channel View Publications.
- Dodds, R., Holmes, M. R. 2018. Education and certification for beach management: is there a difference between residents versus visitors?, *Ocean & Coastal Management*, Volume 160, 2018, Pages 124-132, ISSN 0964-5691, <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2018.03.043>.

- Dodds, R., Holmes, M. R. 2020. Is blue flag certification a means of destination competitiveness? A Canadian context. *Ocean & Coastal Management*, 192(1), 105192. <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2020.105192>.
- Espínola, R. S., Ferreira, L. V. F., Junior, S. M. 2020. A certificação Bandeira Azul e seus impactos nas praias do Brasil. *Revista Turismo em Análise*, v. 31, n. 3, p. 561-576.
- European Environment Agency. 2019. *Circular economy in Europe: Developing the knowledge base*. Luxembourg : Publications Office of the European Union.
- Farsari, Y. 2014. Sustainable Tourism and the Challenge of the Maturity of destinations. *Journal of Cleaner Production*, v. 111, p. 444-454.
- FEE. Foundation for Environmental Education. 2022. Disponível em: <https://www.fee.global/>.
- Fundação SOS Mata Atlântica. 2016. Atlas dos remanescentes florestais. Mapas. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/iniciativas/atlas-da-mata-atlanticaatlantica>.
- Fyall, A., Garrod, B. 2020. Destination management : a perspective article. *Tourism Review*, v. 75, n. 1, p. 165-169.
- Gomes, A. S., Gomes, C. R. A. 2019. Classificação dos tipos de pesquisa em Informática na Educação. Jaques, Patrícia Augustin.
- Gonçalves, P. R. 2021. Diagnóstico, desafios e caminhos da conservação e uso sustentável das zonas costeiras e marinhas do Brasil: agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, ODS-14. Enap. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6226/1/77_Paulo%20Gon%C3%A7alves_final_compressed.pdf.
- Guerreiro, J., Ramos, T. B., Carvalho, L. 2021. The role of destination maturity in the implementation of the Blue Flag program: Evidence from the Portuguese coast. *Sustainability*, 13(6), 1-15.
- Hall, C. M., Leslie, D., Togli, H. 2014. *Tourism and regional development: New pathways*. Routledge.
- Klein, L.; Dodds, R. 2017. Perceived effectiveness of Blue Flag certification as an environmental management tool along Ontario's Great Lakes beaches. *Ocean & Coastal Management*, v. 141, p. 107-117.
- Koens, K., Postma, A., Papp, B. 2014. *Tourism experience co-creation and destination practices*. Channel View Publications.
- Leal Filho, W., Ayre, B., Alves, F., Manke, F. 2018. GAIA-20:30-Taking stock of sustainability-related research in the Anthropocene. *Journal of Cleaner Production*, 187, 1-6.
- Ledoux, L., Turner, R. K. 2002. Valuing ocean and coastal resources : à review of practical examples and issues for further action. *Ocean & Coastal Management*, v. 45, n. 9-10, p. 583-616.
- Lucrezi, S., Saayman, M., Merwe, P. van der. 2016. An assessment tool for sandy beaches: A case study for integrating beach description, human dimension, and economic factors to identify priority management issues. *Ocean & coastal management*, v. 121, p. 1-22.
- Luijendijk, A., Hagenaars, G., Ranasinghe, R., Baart, F., Donchtys, G., Aarninkhof, S. 2018. The state of the world's beaches. *Scientific Reports*, 8(1), 6641.

- Lukoseviciute, G., Panagopoulos, T. 2021. Management priorities from tourists' perspectives and beach quality assessment as tools to support sustainable coastal tourism. *Ocean & Coastal Management*, [S.L.], v. 208, p. 105646, jul. 2021. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2021.105646>.
- Mccauley, D. J. 2006. Selling out on nature. *Nature*, 443, 27-28.
- Meethan, K. *Tourism In Global Society: Place, Culture, Consumption*. New York: Palgrave, 2001.
- Mehmetoglu, M., Engen, M. 2011. Pine and Gilmore's concept of experience economy and its dimensions: An empirical examination in tourism. *Journal of Quality Assurance in Hospitality & Tourism*, v. 12, n. 4, p. 237-255.
- Merino, F., Prats, M. A. 2020. Sustainable beach management and promotion of the local tourist industry: Can blue flags be a good driver of this balance? *Ocean & Coastal Management*, v. 198, p. 105359.
- Mowforth, M., Munt, I. 2015. *Tourism and sustainability : Development, globalisation and new tourism in the Third World*. Routledge.
- Nathaniel, H., Franzén, D., Lingegård, S., Franzén, F., Söderqvist, T., Gröndahl, F. 2023. Using stakeholder perceptions to deepen the understanding of beachcast governance and management practices on Gotland, Sweden. *Ocean & Coastal Management*. 239. 106583. [10.1016/j.ocecoaman.2023.106583](https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2023.106583).
- Pádua, R. 2016. *Ecologia e desenvolvimento: Contribuições para uma sociedade sustentável*. Editora Contexto.
- Parretti, P., Canning-Clode, J., Mendes, A. B., Costa, A. C. 2020. Who, why and how: stakeholder attitudes toward marine non-indigenous species management in Portuguese Atlantic Islands, *Ocean & Coastal Management*, Volume 188, 105069, ISSN 0964-5691, <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2019.105069>.
- Pereira, S. 2019. Voucher digital contribui para desenvolvimento do turismo nos Lençóis Maranhenses. G1 Maranhão. TV Mirante. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2019/01/04/voucher-digital-contribui-para-desenvolvimento-do-turismo-nos-lencois-maranhenses.ghtml>.
- Reed, M., Graves, A., Dunning, J. 2009. The influence of stakeholders perspectives on sustainability policy. *Journal of Business Ethics*, 84(Suppl 4), 119-132. doi: 10.1007/s10551-008-9707-2
- Rocha, E. C. D. 2022. Programa Bandeira Azul E As Praias De Florianópolis. Tese De Doutorado. Bandeira Azul. Bandeira Azul Brasil. Disponível em <https://www.bandeiraazul.org.br/>.
- Ruschmann, D. V. de M. 2015. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas : Papirus. Ebook.
- Saarinen, J. 2014. *Critical perspectives on tourism policy*. Routledge.
- Sachs, I. 2015. *The age of sustainable development*. Columbia University Press.
- Santos, A. P., Wanderley, L. S. 2019. O Programa Bandeira Azul como ferramenta de gestão ambiental para as praias brasileiras. *Revista Brasileira de Turismo Sustentável*, 8(2), 1-16.

Santos, C., Silva, C., Ferreira, Ó. 2021. Community participation in coastal management: The role of Blue Flag certification in Portugal. *Ocean & Coastal Management*, 207, 1-10.

Torres, C., Hanley, N. 2016. Economic valuation of coastal and marine ecosystem services in the 21st century: an overview from a management perspective. working papers in environmental economics. Report No. 2016-1 [online]. St. Andrews: University of St. Andrews. Disponível em: <http://www.st-andrews.ac.uk/gsd/research/envecon/eediscus/>.

Van Bellen, H. M. 2008. Indicadores de sustentabilidade: Uma análise comparativa. *Ambiente e sociedade*, 11(2), 15-34.

Zielinski, S., Botero, C. M. 2019. Myths, misconceptions and the true value of Blue Flag, *Ocean & Coastal Management*, Volume 174, Pages 15-24, ISSN 0964-5691, <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2019.03.012>.